ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2011. ----------

---------- ***ATA NÚMERO SEIS*** ----------

No dia dezasseis de setembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Sandra Isabel Candeias Lopes Anes e Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ---------

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes ***Deputados Municipais****: José Manuel Mata Justo, Emanuel de Jesus Colaço Costa, José Fernando Figueiredo, Carlos Afonso Guerreiro, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Cipriano Pisco, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Avelino dos Santos Antunes, Cláudia Reimão, Nélia Rute Simões, Gonçalo Filipe da Silva Bastos, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, e os seguintes* ***Presidentes de Junta de Freguesia:*** *José Francisco dos Santos, Humberto Manuel Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Miguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais e António José Lopes Saltão.* ----------

Solicitou ***substituição do mandato****, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:* ----------

Jorge Manuel Rodrigues Tavares, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Carlos Manuel de Brito Afonso Guerreiro. ----------

Isabel Cristina Guedes Góis Camacho, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Cláudia Sofia Berto Reimão. ----------

Ricardo Caçoila, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Cipriano Pisco. ----------

Pedro Manuel Gomes Carmo, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Nélia Rute Jorge Simões. ----------

Faltou por motivos justificados *a Deputada Municipal – Celina Figueiredo e a Presidente de Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Carla Braziel.* ----------

A ***Câmara esteve representada*** *pela* ***Senhora Presidente da Câmara Municipal,*** *Maria Amélia Antunes e pelos senhores* ***Vereadores****: Nuno Ribeiro Canta, Maria Clara de Oliveira da Silva, Lucília Samoreno Ferra e Joaquim António Batalha.*

Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente, cumprimentou a Senhora Presidente da Câmara, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. ----------

Antes de dar início ao período Antes da Ordem do Dia, ***tomou posse*** *o Senhor José Fernando Ferreira Figueiredo, assumindo as funções de Deputado Municipal, por se seguir na ordem da respetiva lista do PEV, e em substituição do Senhor Deputado Municipal Álvaro José de Oliveira Saraiva, que solicitou renúncia ao mandato.* ----------

Seguidamente, leu um comunicado enviado pelo senhor Álvaro Saraiva, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"Por motivo de ter sido designado pela Assembleia da República para a CNE-Comissão Nacional de Eleições, e sendo o cargo incompatível com a de eleito na Assembleia Municipal apresentei como é do conhecimento de V. Exª, a renúncia ao mandato de membro da Assembleia. ----------

Senhor Presidente, solicito que transmita a todas as bancadas, como me foi grato ser eleito local nestes últimos 20 anos. Reafirmando que todas as minhas intervenções tiveram sempre um objetivo único o de pugnar por mais e melhores condições de vida para as populações do Concelho do Montijo tendo sempre como horizonte os ideais de Abril. Queira Sr. Presidente aceitar os meus cordeais cumprimentos extensivos a toda a Assembleia Municipal. -------

Um abraço, Álvaro Saraiva."----------

*O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou a todos os membros da Assembleia Municipal que não se encontrem em regime de tempo inteiro ou meio tempo informação sobre o eventual exercício de funções públicas noutros organismos, tendo em vista a aferição da sujeição à redução remuneratória estabelecida no artigo 19º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de Dezembro.* ----------

*O **Senhor Presidente** declarou aberto o período*

ANTES DA ORDEM DO DIA

*O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Montijo – Francisco Santos (PS)**, no uso da palavra, leu um **Voto de Pesar**, cujo teor abaixo se transcreve: --*

*"**Pelo Falecimento de José Joaquim Fialho da Mota Caria** – José Joaquim Fialho da Mota Caria nasceu no dia 14 de dezembro de 1926 em Aldegalega (Montijo) e faleceu no dia 3 de agosto de 2011.*----------

Decorreram mais de 84 anos entre estas duas datas e neste espaço de tempo, este ilustre filho da terra dedicou toda a sua vida a servir os outros, sem nunca

se servir, contribuindo com a excelência do seu trabalho para a promoção da cultura e da identidade da terra que muito amava.----------

Humorista nato, cronista da Gazeta e da Província, compositor das músicas de Humberto de Sousa, foi poeta, ator do grupo Cénico Montijense, que ele e Humberto de Sousa criaram e político. Com o sorriso que sempre o caracterizou dizia "A poesia nasce connosco, mas é preciso praticar o estudo da língua".-----

Como poeta foi autor das obras "Redação" (1973), "Pedras Soltas" (1978) e "Mosaicos Quadras" (1985).----------

-Mas para além dos livros que editou, José Caria deixa ainda nos jardins da Cidade, poemas simples e belos. O seu amor à terra e a sua disponibilidade em servir, levou-o a fazer parte da Comissão de Festas Populares de S. Pedro e com o saudoso Humberto de Sousa organizou as Marchas Populares do Bairro dos Pescadores em 1956.----------

Para além da sua vasta obra literária José Joaquim Fialho da Mota Caria sempre atento a tudo o que se relacionava com a sua terra não esqueceu com um belo poema a que chamou "Montijo Cidade" quando em 9 de julho de 1985 Montijo adormeceu Vila e amanheceu Cidade.----------

A Bancada do Partido Socialista, reunida em 16 de setembro de 2011, propõe à Assembleia Municipal um voto de pesar pela morte de um Homem que dignificou esta terra e que se manifeste à sua família profundo pesar pela sua perda reconhecendo e agradecendo o valor literário, cultural e político que nos deixa."

O Senhor ***Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)****, no uso da palavra, leu uma* ***Intervenção Política****, cujo teor se transcreve: ----------*

"A profunda recessão económica e a dramática situação social que o País vive é o resultado de 35 anos de políticas de direita, do processo de integração da União Europeia, da natureza do capitalismo e da crise.----------

Ao contrário das promessas eleitorais do PSD e do CDS, o governo está a afundar o País.----------

As medidas políticas do governo que em muitos casos vão ainda para além do famigerado programa da Troika subscrito e acordado pelo PS, PSD e CDS/PP de submissão e agressão.----------

De facto o governo do PSD/CDS é mais troikista que a própria Troika.----------

Esta situação tem sido agravada nos últimos meses com as chamadas medidas de austeridade – submetidas à ditadura do défice, destruindo o nosso País.-------

Ao mesmo tempo que aumenta os apoios diretos aos grupos monopolistas e os instrumentos para o agravamento da exploração, o governo PSD/CDS vai avançar a partir de 01 de outubro, para além do já decretado aumento dos transportes e da supressão de carreiras como é o caso concreto das fluviais de Montijo/Lisboa, o aumento do IVA da eletricidade e do gás natural de 6% para 23%, com a extorsão de cerca de 1.000 milhões de euros aos trabalhadores no subsídio de natal, com cortes colossais no investimento público, com novos cortes na administração central e no poder local (afetando a qualidade e o acesso à saúde, educação e à proteção social), medidas que, para além do seu fortíssimo impacto social – de que os cerca de um milhão de trabalhadores desempregados são exemplo – comprometem o futuro do País.----------

Os dados do INE sobre a evolução da economia portuguesa no primeiro semestre deste ano são assustadores: quebras históricas no consumo público (4,5%), no consumo privado (3,4%) e no investimento (12,5%) com as assustadoras estimativas que apontam para uma quebra do PIB de 2,2% em 2011 e de 1,8% em 2012.----------

É neste quadro que o governo do PSD/CDS reforça a dose do veneno que está a matar a nossa economia e o País, indo para além das famigeradas medidas da Troika que o PS, PSD e CDS subscreveram.----------

Conhecendo esta realidade, o governo vai vendendo a ilusão de que em 2013 se começará a ver a luz ao fundo do túnel.----------

O que o PCP afirma é que com esse rumo o preço a pagar é a pobreza, a miséria, a dependência externa é a ruína da economia nacional, ou seja – querem acabar com o défice acabando com o País.----------

Rejeitamos frontalmente tal situação e combatemos aqueles que sob as consignas de mais Europa, ou de partilha de soberania, aquilo que querem é ir mais longe no rumo Federalista e Capitalista da União Europeia, abdicando da soberania para consagrar o diretório das grandes potências, comandando pela Alemanha e pelos seus interesses cada vez mais hegemónicos. É com profunda indignação que ouvimos altos responsáveis da União Europeia dizer, de forma vexatória e provocatória ao nosso País, que as bandeiras de Portugal, Irlanda e Grécia deveriam ser colocadas a meia haste, o que nós respondemos é que aquilo que tem que ser rejeitado e banido é a bandeira da exploração, da agressão e da extorsão que a política da União Europeia representa e erguer ainda mais alto a bandeira da defesa dos interesses nacionais. Mas o País e os Países não estão condenados a aceitar uma espiral de afundamento que destrói a soberania e as condições de vida do povo.----------

Reafirmamos que para fazer face à situação de gravidade nacional, é necessário que imediato a renegociação da dívida pública, nos prazos, nos montantes e nos juros, libertando o País dos condicionalismos que põem em causa o crescimento económico e a distribuição justa da riqueza e propomos medidas que consideramos urgentes para combater a recessão entre elas:----------

O controlo de importações e a sua substituição por produção nacional na agricultura, nas pescas e na indústria;----------

Uma efetiva aposta no mercado interno com a valorização dos salários e das pensões, com a reposição do valor das prestações sociais entretanto extorquidas,

com a defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores;----------
O apoio às PME, impondo um limite máximo nos custos dos fatores de produção – eletricidade, gás, combustíveis, portagens, comunicações – alargando o acesso ao crédito através da C.G.D. e com a obrigatoriedade da aquisição pelo Estado de bens e serviços das empresas nacionais;---------- O aumento do investimento público virado para o crescimento económico e a produção nacional, alargando a dotação orçamental e requerendo a drástica redução das comparticipações nacionais na utilização de fundos comunitários;--
A interrupção da privatização de empresas e setores e adoção de uma política que valorize as empresas públicas existentes e aponte para a recuperação pelo Estado de empresas estratégicas para os interesses nacionais;----------
O fim da política de agravamento fiscal sobre os trabalhadores, os reformados, os pequenos e médios empresários, e a adoção de medidas efetivas de taxação dos lucros escandalosos dos grupos económicos, da especulação financeira, do património de luxo que crescem na exata medida em que o País empobrece;------
Rejeitar o programa de agressão e dizer às imposições do grande capital, da União Europeia e do governo PSD/CDS é, a atitude democrática e patriótica que se impõe." ----------

O Senhor ***Deputado Municipal - Cipriano Pisco (BE)****, no uso da palavra, colocou algumas questões, que abaixo se transcrevem e disse: ----------*
"- A Transtejo decidiu cortar três carreiras Montijo/Lisboa e vice-versa, queria saber se a Câmara Municipal foi consultada, sobre o corte destas carreiras? ----
- Relativamente à Agenda que a Câmara Municipal distribui e tenho uma aqui comigo que é de setembro/outubro, e os cortes entram em vigor no dia 1 de setembro e seguindo o exemplo da Junta de Freguesia do Montijo que já

atualizou os seus horários, era bom que a Câmara Municipal também retificasse a Agenda. ----------

- Há períodos de duas horas que não há barcos para o Montijo, até porque tem vindo a público sobre a fusão das duas administrações quer da Soflusa, quer dos Transportes Sul do Tejo e uma das decisões que vão tomar é abater um conjunto de barcos. ----------

A Escola Esteval/Areias é um assunto que tem dado polémica até na Comunicação Social, não há mobiliário para colocar na escola, segundo intervenção da senhora Presidente na SIC, foi colocada a hipótese de daqui a duas semanas o problema estar resolvido, gostava de saber se há alguma evolução? Até porque há notícias de alguns jornais que os pais se estão a organizar para comprar mobiliário e equipamento, isto mostra a situação em que as pessoas se encontram. ----------

Também queria saber porque li numa notícia, que a Câmara Municipal do Montijo ia promover uma troca de livros, através da Biblioteca do Montijo e tendo em conta a situação em que estamos, queria saber o ponto da situação. ----

Por fim queria mostrar a minha solidariedade com os trabalhadores da empresa Manuel Nunes, que lançou para o desemprego um conjunto de trabalhadores, que ainda têm por receber o mês de agosto." ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – Carlos Guerreiro (PPD/PSD.CDS-PP)****, no uso da palavra, colocou algumas questões, que a seguir se transcrevem: "Queria falar do dia-a-dia da nossa cidade, nomeadamente na via pública e tenho notado enquanto cidadão na recolha do lixo, eu resido na Avenida D. João IV e já verifiquei que os moloks, estão muito cheios, por isso o lixo extravasa o depósito. Queria saber o que tem sido feito para reforçar a recolha do lixo. As pessoas veem os caixotes cheios e poem o seu saco lá na mesma. É claro que também tem*

que haver civismo. Isto para dizer que pagamos na fatura da água, 25% do valor que eu pago é referente a uma taxa de saneamento. Gostaria que este serviço enquanto cidadão e deputado fosse melhor. ----------

Gostaria também de alertar para as placas toponímicas na cidade do Montijo, em frente ao tribunal do Montijo, está a placa da Avenida Dr. Paulino Gomes e que está num estado lastimável. Não sei se a Câmara Municipal tem algum plano de manutenção para este tipo de placas, nomeadamente a sua limpeza. Também queria perguntar relativamente à toponímia, porque é que ao fim de muitos anos temos placas para o Cais do Seixalinho, temos para o Museu da Atalaia, porque é que não temos para a Igreja Matriz. Seria de todo o interesse reforçar aqui a toponímia. ----------

Sei que há um protocolo celebrado com a S. Energia e a Câmara Municipal do Montijo, assim, gostaria de saber que tipo de atividades no âmbito desta parceria que a Câmara estabeleceu, o que tem sido desenvolvido, nomeadamente ao nível das auditorias energéticas, se têm sido emitidos certificados energéticos para edifícios e que medidas corretivas vão ser encomendadas, porque soube que a S. Energia está a desenvolver uma atividade extremamente importante, que não sei se irá ser alargada ao Montijo, que é, uma pessoa entrega à Câmara o lixo reciclável e em troca recebe um bilhete para o autocarro. Esta questão é extremamente importante, e queria saber se estas iniciativas da S. Energia vão ser alargadas ao Montijo? ----------

A Senhora ***Presidente da Câmara****, no uso da palavra, esclareceu o seguinte: "Senhor Deputado Cipriano Pisco, a Transtejo não consultou a Câmara, comunicou à Câmara que iria suprimir essas carreiras.* ----------

Quanto à atualização da agenda, já não foi possível fazer essa atualização, porque a agenda já estava a ser impressa. Quanto ao site não sei se já foi

atualizado, mas os serviços têm obrigação de proceder às atualizações, após o conhecimento das situações. ----------

Quanto à Escola do Esteval/Areias, se me permite irei fazer aqui em síntese a história desta escola: A Escola do Esteval/Areias, resulta de um protocolo definitivo acordado em 2007, com o Ministério da Educação, através da DREL – Direção Regional Educação de Lisboa, nesse protocolo foram assumidos compromissos, entre ambas as partes, a Câmara Municipal do Montijo e pelo ministério da Educação. O projeto era facultado pela DREL, a Câmara Municipal arranjaria o terreno, o valor da obra seria comparticipado pelo ministério da Educação em 90%, a Câmara Municipal suportaria 10% do valor da obra, o que eventualmente corresponderia às salas do pré-escolar e às salas do 1º ciclo que são da responsabilidade da Câmara Municipal. ----------

O Ministério da Educação equiparia todo o edifício inclusive o Pavilhão Desportivo, portanto trataria de o adquirir. O valor do terreno que a Câmara cedeu, é mais do que suficiente para que o Ministério da Educação se tenha comprometido a equipar toda a escola. ----------

No ano passado não foi possível abrir a escola na sua totalidade e portanto, funcionaram turmas de 5º e 7º ano e com equipamento usado e o compromisso era para equipar, para que este ano abrisse a escola. ----------

Ao longo do ano nós diligenciamos que a escola fosse equipada, tínhamos a confirmação por parte do Ministério da Educação que quando chegasse setembro a escola estava equipada. A verdade é que chegou agosto e a escola não estava equipada e a verdade é que em agosto a DREL decidiu transferir equipamento usado e retirar de outras escolas de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa, escolas que tinham sido requalificadas e colocar esse equipamento na escola Areias/Esteval. ----------

Situação que inicialmente nos opusemos e indignámo-nos por uma razão muito simples. Se as escolas da Área Metropolitana de Lisboa foram requalificadas, tiveram material novo, é porque o que lá estava, usado, já não estava em condições de ser usado. Esta é que é a verdade. Isto no mês de agosto. ----------

Entretanto para o 1º ciclo nós também não tínhamos material e pensámos ir buscar material à escola que fechámos em sarilhos, como os senhores deputados sabem, nós fechámos a escola do ensino básico em Sarilhos. E fechámos pacificamente, com o conhecimento dos pais, com um parecer favorável e por unanimidade da Câmara Municipal. ----------

Nós, também não queríamos equipar a escola do Areias/Esteval com o equipamento da escola de Sarilhos, a verdade é que confrontados com a ausência de equipamento, e entre os alunos do 1º ciclo não terem aulas e terem aulas com equipamento usado e numa ponderação de interesses, é preferível terem aulas em material usado. ----------

Resta-nos o pré-escolar, onde pelos vistos não encerrou nenhum pré-escolar na Área Metropolitana de Lisboa e portanto o Ministério da Educação não tinha condições para colocar mobiliário usado e o Município do Montijo como tem alargado a sua rede do pré-escolar, também não tinha onde ir buscar, e foi nestas circunstâncias que tornámos a iniciativa de um contacto pessoal com a DREL, e o senhor Diretor Regional veio ao Montijo esta semana, e o comprometeu-se de facto a adquirir o material para equipar as três salas do pré-escolar da escola Esteval/Areias. ----------

Quanto aos pais eu compreendo a preocupação, até porque o pré-escolar tem capacidade para 70 crianças e as famílias estavam na expectativa de deixar desde já os seus filhos na escola. ----------

Já disse à Assembleia de Pais que estou disponível para falar com eles, mas não me parece solução os pais comprarem algum material. Também o senhor

Adjunto do senhor Diretor-Regional no sentido de encontrar material usado, para equipar as salas. Mas a verdade é que não há e o material que veio não tem condições para iniciar o pré-escolar. ----------

Nesta fase com material usado, numa fase posterior espero, com equipamento novo. ----------

Relativamente ao projeto dar de volta, a nossa Biblioteca Municipal tem estado a tratar desse processo em rede, mas não tenho no momento dados, o processo ainda está a decorrer, mas poderemos facultar os dados aos senhores deputados.

Em relação às questões solicitadas pelo senhor Deputado Carlos Guerreiro, a do lixo, nós temos a situação controlada, de facto deu-nos um mau exemplo dos cidadãos verem os caixotes cheios e colocarem na mesma os sacos do lixo, e também nos dá a dimensão das dificuldades que existem em podermos rentabilizar os serviços na recolha do lixo e na limpeza das nossas ruas. ---------

Quanto ás Placas Toponímias eu também já detetei que há algumas placas que não estão cuidadas, isso é um trabalho que vamos ter que ir fazendo. ----------

Quanto à placa a indicar a Igreja Matriz, parece-me pertinente. ----------

Relativamente à parceria com a S. Energia, a informação que tenho é que se desenvolveu alguns estudos de eficiência energética em alguns edifícios públicos da Câmara Municipal, temos participado em algumas ações da S. Energia, nós apresentamos uma candidatura para a eficiência energética no valor de 200 mil €, que foi preparada pela S. Energia, para a iluminação pública." ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – José Caria (PS)****, no uso da palavra leu uma* ***Declaração Política****, que abaixo se transcreve:* ----------

"O Conselho de Ministros aprovou no dia 8 de setembro de 2011 (5ª feira) as linhas gerais da Reforma da Administração Local. ----------

Trata-se de uma proposta de reforma composta por quatro eixos. Os quatro eixos são: Setor Empresarial Local, Organização do Território, Gestão Municipal, Gestão Intermunicipal e Financiamento, e, o quarto eixo, Democracia Local;----------

1) Setor Empresarial Local----------

- Suspender a criação de novas empresas (já feito na alteração ao regime jurídico do setor) e aumentar o controlo e monitorização sobre as empresas existentes;----------

Estabelecer uma matriz de critérios para a extinção e fusão do setor;----------

- Iniciar o procedimento legislativo conducente a um novo enquadramento legal para o setor.----------

2) Organização do Território----------

Reduzir substancialmente o número de freguesias, dotando-as de escala, sem esquecer as suas especificidades locais, tendo por base as tipologias Freguesia Predominantemente Urbana – Freguesia Maioritariamente Urbana – Freguesia Predominantemente Rural;----------

Elaborar uma matriz orientadora de critérios demográficos e geográficos que servirá de base ao debate local ao nível das assembleias municipais e de freguesia;----------

Possibilitar que os municípios possam, voluntariamente, atendendo às suas especificidades próprias e identidade territorial, optar por se aglomerarem.------

3) Gestão Municipal, Gestão Intermunicipal e Financiamento----------

Avaliar e reformatar as competências dos municípios, das comunidades intermunicipais e das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.----------

Regular o associativismo intermunicipal, com vista à sua qualificação, evitando sobreposições e gerando poupança de recursos.----------

4) Democracia Local----------

Promover, na Assembleia da República, a discussão política relativamente às alterações a introduzir no enquadramento legal autárquico, abrangendo as seguintes temáticas:----------

Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais;----------

Eleitos locais, nomeadamente a redução de vereadores e membros da assembleia municipal;----------

Redução de dirigentes superiores e intermédios;----------

Formação e composição dos executivos;----------

Atribuições e competências dos municípios e freguesias.----------

Considerando estes objetivos que compõe os quatro eixos de atuação, está em fase de conclusão o Documento Verde da Reforma da Administração Local conducente a Legislação com prazo marcado pelo Governo (XIX const.) para o final do 1º semestre de 2012.----------

Sobre o que é já conhecido das propostas de Linhas Gerais para a Reforma da Administração Local há que dizer o seguinte:----------

1. A retoma da trajetória do crescimento, a disciplina das contas públicas e a estratégia de modernização social passam também, crucialmente, pelo prosseguimento e reforço da descentralização de competências e incremento de meios para os municípios, designadamente nas áreas social, educativa e da saúde Pública.----------

2. Reafirmamos a nossa vontade de promover uma alteração das leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias locais. Sabemos bem que uma tal legislação exige um entendimento interpartidário e, pela nossa parte, estamos, como sempre estivemos, disponíveis para a construção de um consenso, no respeito pelos princípios que consideramos fundamentais.----------

3. Já no que diz respeito ao sistema político autárquico, está sobretudo em causa o sistema de governo das autarquias locais. Continuaremos a pugnar pela

introdução urgente de modificações que assegurem a distinção entre responsabilidades políticas executivas e poderes de fiscalização das Oposições em Assembleias Municipais de poderes reforçados. Essa é uma condição de eficácia do sistema de decisão mas é também uma condição de racionalidade do sistema de controlo democrático.----------

4. Domínio da maior importância é o da reforma da organização do Estado. Neste capítulo, somos por um amplo debate público sobre a reorganização do poder local, em particular ao nível das freguesias.----------

Introduzir fatores de racionalização e eficiência neste sistema complexo e diversificado afigura-se, efetivamente, absolutamente necessário, com base em consenso político indispensável, MAS SEMPRE COM a participação das associações representativas dos municípios e das freguesias.----------

5. De igual modo, continuamos apostados no reforço e na consolidação da descentralização, quer ao nível da transferência de atribuições e competências para os municípios quer ao nível do próprio sistema institucional.----------

6. O desenvolvimento equilibrado de todo o território passa também por avanços consistentes nas autonomias regionais, na descentralização de competências para os municípios e na desconcentração dos serviços da administração central do Estado. ----------

Neste domínio, reafirmamos a nossa defesa da ideia da regionalização, devendo fazer-se avançar o processo de desconcentração do Estado em torno das cinco regiões plano – base territorial das futuras Regiões Administrativas.----------

7. Através da negociação com a Troika, o Governo obteve um pacote de ajuda europeu para consolidação orçamental das Administrações Públicas de 78 mil milhões de euros, a uma taxa de juro de 3,25% nos 3 primeiros anos e de 4,25% a partir do 4 ano. Parece-nos razoável que uma parte deste montante seja utilizada para consolidação orçamental dos municípios. No final de 2010, a

dívida das Administrações Públicas ascendia a 159.469,1 M€ e a dívida da Administração Local a 7.884 M€ (4,9% do total das Administrações Públicas). De acordo com este raciocínio, sugerimos que os municípios recebam 4,9% das receitas oriundas do pacote de ajuda – não devendo a respetiva distribuição de verbas beneficiar Municípios infratores -, o que corresponde a 3.822M€, para utilizar na consolidação orçamental da Administração Local.----------

*8. De acordo com o Memorando de Entendimento com a Troika (MoU), na sequência das reduções das isenções temporárias aplicáveis a habitações próprias e da atualização do valor patrimonial dos imóveis para efeitos de tributação, "**as transferências da administração central para as administrações local e regional serão revistas para assegurar que as receitas adicionais sejam totalmente utilizadas para a consolidação orçamental**"; Neste âmbito, importa salientar que a consolidação orçamental deve ser olhada sob o ponto de vista do conjunto das Administrações Públicas e não apenas da Administração Central. Por esta razão, as receitas adicionais geradas com a redução de isenções e com a revisão do valor patrimonial dos imóveis não poderão deixar de reverter para a consolidação orçamental dos municípios respetivos (a regulamentar na Lei do Orçamento de Estado ou em autorização legislativa)."----------*

*O Senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra e em nome da sua bancada leu uma **Saudação**, cujo teor a seguir se transcreve: ------*

"No próximo dia 01 de outubro de acordo com a decisão da CGTP – Intersindical Nacional os trabalhadores irão manifestar nas ruas o seu descontentamento e preocupações com esta política de submissão, subserviência aos grandes grupos económicos agravada com o programa de agressão e submissão que o PS, PSD e CDS subscreveram, conhecido pela famigerada Troika.----------

O governo do PSD/CDS avança com um conjunto de medidas que vão mesmo para além do programa da Troika, sendo mais troikistas que a própria Troika, não honrando os seus compromissos eleitorais.----------

O aumento dos transportes e a retirada de carreiras nomeadamente as fluviais Montijo/Lisboa;----------

A retirada de direitos sociais e o congelamento de salários;----------

O aumento de impostos a partir de 01 de outubro, da taxa de IVA nomeadamente a eletricidade e o gás natural de 6% para 23%, com a extorsão de cerca de 1.000 milhões de euros no subsídio de natal;----------

Cortes na administração do Poder Central e Local pondo em causa o acesso à saúde, educação e à proteção social quando temos um milhão de trabalhadores desempregados;----------

A legislação laboral de que é exemplo despedir mais fácil e mais barato;----------

A diminuição da taxa social única, pondo em causa a receita para aplicar na proteção social aos trabalhadores.----------

Com estas medidas podem acabar com o défice mas matam o País.----------

Os trabalhadores irão exigir a rutura com esta política de direita, por melhores condições de vida, defesa dos interesses nacionais e de soberania.----------

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montijo saúdam os trabalhadores e a sua central sindical CGTP – Intersindical Nacional pela realização dessa manifestação, e manifesta o seu mais profundo protesto ao programa da Troika e às medidas do governo PSD/CDS e seu apoio incondicional às mais que justas reivindicações dos trabalhadores.----------

*O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Moção**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------*

"Os Produtores de uva da nossa região e nomeadamente do concelho de Montijo foram vítimas de enormes prejuízos devido à quebra da produção e em alguns casos totais, em 2010 e 2011 derivado da queima das uvas, das pragas e doenças;----------

Os pequenos e médios agricultores são aqueles que são mais afetados, agravando a precária situação em que já vivem, à beira da falência;----------

É também o aumento galopante dos fatores de produção, gasóleo, eletricidade, adubos, e fito fármacos a par do baixo preço da uva à produção, em alguns casos menos que 25 cêntimos o kilo, fruto das erradas políticas dos governos e do atual PSD/CDS; ----------

A qualidade do vinho na nossa região graças às nossas uvas é reconhecida mundialmente com medalhas de ouro ganhas o que é um prestígio para a nossa região e País que devemos preservar e aumentar;----------

Os Agricultores realizaram no passado dia 08 de setembro uma marcha/protesto do Poceirão a Palmela pela exigência ao governo PSD/CDS de medidas de emergência para esta situação de exceção que reponham a capacidade produtiva perdida, porque é cada vez mais necessário produzir mais para importar menos em defesa dos direitos e interesses da região e do País.----------

A Assembleia Municipal de Montijo manifesta o seu apoio e solidariedade às justas reclamações dos Agricultores e o seu empenho na defesa da produção da região e do País." ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)****, no uso da palavra, disse: "Vem divulgada na Comunicação Social pela Agência Lusa, (nós não sabemos se a senhora Presidente tem essa opinião ou não) que a senhora Presidente tem opinião de que se deveria suprimir algumas carreiras fluviais. ---*

A Comissão de Utentes e nós temos a mesma opinião, a supressão das carreiras, não pode ser vista meramente como uma questão económica, porque há carreiras, quer Montijo/Lisboa ou vice-versa, que tem a ver com um conjunto de fatores de atividades. ----------

A questão que queríamos colocar e a Comissão de Utentes também coloca e nós estamos de acordo, é que há um conjunto de promessas que foram feitas em relação à transferência do Cais Fluvial para o Seixalinho, que estão por cumprir. ----------

Conhecendo a posição do Partido Social Democrata em relação a esta questão e do CDS.PP, que hoje também estão no governo, gostaríamos de saber também que medidas vão tomar para resolver este problema ? ----------

Porque para além da supressão das carreiras, há o aumento dos transportes, quando se dizia que Lisboa era mais perto e mais barato, efetivamente isso nunca aconteceu. ----------

Outra questão, é o Hospital do Montijo, o que acontece é que quando o Partido Socialista está na oposição vota a favor para a construção de um novo hospital e o PSD quando está na oposição é favorável e quando está no governo também é contra. Falta saber a posição do CDS. Nós fiéis aos nossos compromissos, vamos apresentar brevemente a proposta na Assembleia da República e depois vamos ver quem de facto vota a favor e quem está contra. ----------

Outra questão, é a escola Ary dos Santos, sobre as ervas, eu sei que já foram retiradas, em relação ao cemitério que nós levantamos o problema, também já foi tratado. Naturalmente reconhecer o que já esta tratado. ----------

Em relação à escola Areias/Esteval, estamos de acordo com aquilo que a senhora presidente aqui colocou em honrar os compromissos, da nossa parte à uma lacuna que assumimos, devia-mos ter aqui aprovado um documento nesta

assembleia municipal, dirigida ao governo, no sentido da exigência defesa dos interesses do concelho, que honre os compromissos assumidos." ----------

A Senhora ***Deputada Municipal – Marília Reimão (PPD/PSD.CDS-PP)****, no uso da palavra, questionou a senhora Presidente: "Estão previstas obras no parque infantil, na Rua de Timor, na freguesia do Afonsoeiro. Há vários anos que se encontra em avançado estado de degradação. A Junta de Freguesia já foi alertada em Assembleia de Freguesia, no anterior mandato, pelo eleito do PSD e até agora nada foi feito."* ----------

A Senhora ***Presidente da Câmara****, no uso da palavra, esclareceu o seguinte: "A Câmara Municipal do Montijo tem dezenas de parques infantis pela cidade, e a lei obriga, e bem, a determinados requisitos de segurança, de conservação e de manutenção. No entanto temos tido alguma dificuldade em permanentemente ter estes requisitos de segurança que a lei obriga, à parques seguros, mas há determinados requisitos como a identificação do parque, as questões de higiene-sanitárias, porque também há cidadãos que levam os seus cães para dentro do parque, e agora fomos confrontados com a inspeção da ASAE, em alguns parques infantis. E a inspeção da ASAE, em pelo menos dois parques que já visitou, fala nestes aspetos que referi, que de facto não tem a ver com a segurança das crianças no parque.* ----------

Mas, a Câmara Municipal do Montijo, não pode estar sujeita a isto, ou seja, não pode estar sujeita a que a ASAE agora nos venha penalizar por essas pequenas coisas. Cada entidade assume as suas competências e as suas responsabilidades. Existe parques vandalizados, nós vamos hoje repor equipamentos e num mês ou dois está novamente tudo vandalizado. Portanto, o que estamos a estudar é concentrar em alguns parques da cidade, onde podemos atuar permanentemente e encerrar os outros. Não é justo, nem aceitável, no atual quadro de dificuldades

financeiras, a ASAE no quadro das suas competências, e a lei é de tal forma exagerada para determinado tipo de sancionamento. Nós vamos responder à ASAE, temos que nos defender e invocar o contraditório. ----------

O Montijo tem atualmente 54 parques infantis, e eu coloco à consideração de todos vós a impossibilidade de ter 54 parques em condições de serem usados com estas pequenas referências minuciosas, que eu acho incomportável. Relativamente ao parque de que falou, o Vereador Nuno Canta referenciou-me que já tem orçamento para mandar reparar. No Afonsoeiro há também um polidesportivo que ainda não inaugurámos e já foi todo vandalizado. ----------

Quanto ao Cais do Seixalinho, é verdade que uma senhora jornalista da Lusa me ligou, e que a Comissão de Utentes se ia manifestar por dois aspetos, primeiros o aumento dos transportes e segundo as eventuais promessas que a Câmara tinha feito e não tinha cumprido, e eu expliquei o seguinte à senhora jornalista: Quanto ao aumento dos transportes e até usei uma expressão que o senhor Primeiro Ministro costuma usar, que achava que era uma ignomínia o aumento dos transportes. Quanto às questões do Seixalinho, relatei os factos, ou seja, os edifícios do Cais do Seixalinho são da responsabilidade da Transtejo, a Câmara Municipal do Montijo fez todas as diligências, no Ministério da Educação, não aprovou por razões de segurança, uma possibilidade de instalar num daqueles edifícios uma creche e neste momento decorre um projeto de avaliação para instalar uma creche, nas relações que temos com o Arquiteto da Transtejo com os nossos Serviços Técnicos para tentarmos encontrar as condições de segurança que permitam ao Ministério da Educação, autorizar a instalação da creche no Seixalinho. Quanto ao parqueamento é verdade que este devia ser englobado no transporte e não ser taxado autonomamente como é. ----------

O Cais do Seixalinho foi inaugurado em 2003 e foi concessionado por a Transtejo, eu tenho insistido com os vários Secretários de Estado dos

Transportes do governo do Partido Socialista. A concessão é até 2013, só nesta data é que se pode reavaliar a situação, sob pena de ter que se indemnizar o concessionário. ----------

Quanto à supressão de carreiras, é verdade que disse à senhora jornalista que as três carreiras supridas, não me pareciam que afetasse a generalidade dos utentes e nessa medida eu não estava em desacordo, se a empresa tem que racionalizar, não se trata só de um problema económico, eu não posso aceitar que uma empresa altamente deficitária, como é o caso da Transtejo, tenha carreiras que levam quatro e cinco pessoas, porque os custos são demasiados elevados. A minha racionalidade é neste sentido. ----------

Quanto ao hospital do Montijo, nós mantemos a nossa posição de pretérito, nós achamos que o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, tem virtualidades de melhorar a capacidade de resposta hospitalar aos utentes da sua zona de influência que é Montijo e Alcochete. E ainda sobre o hospital, como os senhores deputados sabem, está a ser feito um grande investimento para a cirurgia de ambulatório em Montijo, que vai dar uma boa resposta aos utentes do Montijo e Alcochete. ----------

Quanto à Escola do Areias/Esteval, neste momento não me parece necessário subscrever nenhum documento, tendo em conta o contato com o senhor Diretor Regional da Educação de Lisboa e a Câmara Municipal do Montijo e também a Direção regional de Educação com a Direção do Agrupamento e que estão a tentar operacionalizar a solução para o problema. ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)*** *no uso da palavra, leu uma* ***Declaração Política****, cujo teor a seguir se transcreve: "A Europa vive tempos de grande incerteza. A grave crise económica instalada na zona euro levou a que alguns estados membros fossem obrigados a recorrer ajuda externa*

tendo em conta a sua incapacidade de financiamento a um juro suportável. A crise da divida soberana da zona euro é muito séria e como já aqui sublinhamos várias vezes, não é um problema só de Portugal, é um problema da União Europeia. ----------

Portugal, por força de circunstâncias políticas, foi obrigado a solicitar ajuda externa. Digo circunstâncias políticas porque foi chumbado o chamado PEC4 que continha um conjunto de medidas que tinham como objetivo combater o défice das finanças públicas e consequentemente criar confiança junto dos mercados. ----------

"Vamos ter de cortar em gorduras e de poupar. O Estado vai ter de fazer austeridade, basta de aplicá-la aos cidadãos." ----------

"Ninguém nos verá impor sacrifícios aos que mais precisam. Os que têm mais terão que ajudar os que têm menos." ----------

"Para salvaguardar a coesão social prefiro onerar escalões mais elevados de IRS de modo a desonerar a classe média e baixa." ----------

"Se formos Governo, posso garantir que não será necessário despedir pessoas nem cortar mais salários para sanear o sistema português." ----------

"A ideia que se foi gerando de que o PSD vai aumentar o IVA não tem fundamento." ----------

"O PSD chumbou o PEC 4 porque tem de se dizer basta: a austeridade não pode incidir sempre no aumento de impostos e no corte de rendimento." ----------

"Já ouvi dizer que o PSD quer acabar com o 13.º mês, mas nós nunca falámos disso e é um disparate." ----------

Estas são palavras do atual Primeiro-ministro, o Dr. Pedro Passos Coelho Jurou falar verdade e que não iria prometer o que não podia cumprir, também referiu que não se iria desculpar com a herança do passado para meter as mãos à obra.

O atual Primeiro-ministro é um homem de palavra – diz o próprio. Qual palavra? ----------

Passados quase 100 dias da tomada de posse do atual governo de coligação PSD/CDS, apenas dois factos: ----------

- O Governo criou um novo imposto que retira parte do subsídio de Natal aos Portugueses que vivem dos rendimentos do seu trabalho e das suas pensões de reforma. ----------

- O Governo subiu de forma brutal o IVA sobre o gás e a eletricidade de 6 para 23%. Poderia ter ficado pela taxa intermédia. ----------

O Governo foi para além do memorando da "troika". ----------

Sabemos que atravessamos tempos difíceis e de grande incerteza. Nunca o negamos. Sabemos que o Estado terá que fazer um esforço adicional para conseguir uma boa execução orçamental. Mas é certo, o PS defenderá que esse esforço não seja suportado pelos mais vulneráveis como defendia o candidato Dr. Passos Coelho. ----------

É importante apontar as contradições do atual Primeiro-Ministro. Dantes dizia "Estas medidas põem o país a pão e água. Não se põe um país a pão e água por precaução.", referindo-se ás medidas constantes no PEC 4. "Como é possível manter um governo em que um primeiro-ministro mente?". Só estas duas contradições, se tivéssemos um Primeiro-ministro coerente, deveriam levar a que na sua consciência coloca-se o seu lugar à disposição. ----------

Sem enterrar a cabeça debaixo da areia quando falamos da gestão dos anteriores Governos da república, assumimos as responsabilidades do PS. Acreditamos que o caminho defendido pelo Governo PS era aquele que mais defendia os portugueses. ----------

O importante para nós são as pessoas. ----------

Segundo o PSD, o CDS o PCP e os Verdes, o anterior Governo socialista deixou o distrito de setúbal ao abandono. O distrito de Setúbal tem sido penalizado pelas políticas do PS, argumentavam no passado recente. Hoje, uns encontram-se calados e outros exigem a concretização dos projetos do Arco Ribeirinho Sul, a conclusão da circular regional interna na península de setúbal, o novo aeroporto de Lisboa, a terceira travessia do Tejo entre Barreiro e Chelas, a linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, o hospital do Seixal, a extensão do metro sul do Tejo... ----------

O Governo não pode somar austeridade à austeridade. Subir impostos e cortar nos apoios sociais para além do previsto no acordo com a "troika" é a receita do Governo. ----------

É necessário rigor. E não embarcar em cortes cegos que coloquem em causa o crescimento económico, a criação de emprego e a qualidade de vida dos cidadãos. ----------

Acreditamos que é possível uma repartição dos sacrifícios de uma forma mais solidária, pagando mais quem mais tem e quem mais ganha. Acreditamos que é possível manter alguns investimentos geradores e criadores de emprego e riqueza. As pessoas estão primeiro." ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PPD/PSD.CDS-PP)*** *no uso da palavra, disse: "Eu enquanto Deputado da Assembleia Municipal do Montijo, acho que o Montijo tem direito a ter um novo hospital."* ----------

O Senhor ***Presidente da Assembleia Municipal,*** *informou que tinham para apreciar e votar, um* ***Voto de Pesar*** *e uma* ***Recomendação.*** ----------

O Senhor ***Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU),*** *no uso da palavra, e relativamente ao Voto de Pesar, disse que no último paragrafo* ***onde se lê:*** *"A*

Bancada do Partido Socialista reunida em 16 de setembro de 2011, propõe à Assembleia Municipal um voto de pesar pela morte de um Homem que dignificou esta terra e que se manifeste à sua família profundo pesar pela sua perda reconhecendo e agradecendo o valor literário, cultural e político que nos deixa." ***Deverá ler-se:*** *""A Bancada do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal, reunida em 16 de setembro de 2011, um voto de pesar pela morte de um Homem que dignificou esta terra e que se manifeste à sua família profundo pesar pela sua perda reconhecendo e agradecendo o valor literário, cultural e político que nos deixa."* ----------

Procedeu-se à votação da ***admissão do Voto de Pesar****, apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia do Montijo - Francisco Santos (PS), tendo o mesmo sido* ***Aprovado por Unanimidade****.* ----------
Seguidamente, procedeu-se à ***votação do Voto de Pesar****, tendo o mesmo sido* ***Aprovado por Unanimidade****.* ----------

Procedeu-se à votação da ***admissão da Moção****, apresentada pelo Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU), tendo a mesma sido admitida com vinte cinco votos a favor e uma abstenção.* ----------

O Senhor Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)*, no uso da palavra, e relativamente ao Voto de Pesar, disse que no terceiro paragrafo* ***onde se lê:*** *"É também o aumento galopante dos fatores de produção, gasóleo, eletricidade, adubos, e fito fármacos a par do baixo preço da uva à produção, em alguns casos menos que 25 cêntimos o kilo, fruto das erradas políticas dos governos e do atual PSD/CDS."* ***Deverá ler-se:*** *É também o aumento galopante dos fatores de produção, gasóleo, eletricidade, adubos, e fito fármacos a par do baixo preço*

da uva à produção, em alguns casos menos que 25 cêntimos o kilo, fruto das erradas políticas." ----------

Seguidamente, procedeu-se à ***votação da Moção****, tendo sido aprovada por maioria, com vinte votos a favor (dezasseis do PS, três da CDU e um do BE) e seis abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.* ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento da Ordem de Trabalhos, que tinha para apreciação e deliberação dos pontos que abaixo se transcrevem e declarou aberto o período da

ORDEM DO DIA

PONTO UM *- Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 568/11 "****Aprovação do Plano de Pormenor do Barrão****".* ----------

"Considerando que: ----------

1) Por deliberação camarária tomada por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 21 de junho de 2000, foi determinada a elaboração de um plano de pormenor para a freguesia de Montijo, para o sítio do Barrão, que definisse detalhadamente as regras concernentes à ocupação, uso e transformação do solo, em termos de aproveitamento industrial e de serviços, tanto mais que os solos em causa se situam na confluência do IC32 com a A12; ----------

2) A referida deliberação assentou nos seguintes fundamentos: ----------

I) O desenvolvimento económico e social do Município de Montijo aconselha à criação de mais espaços industriais que potenciem novos investimentos; ---------

II) Essa necessidade é bem patente na freguesia de Montijo, área em que o Município tem sido confrontado por vários potenciais investidores, sem que existam espaços industriais que permitam concretizar as intenções manifestadas;

III) Refira-se, aliás, que os espaços industriais previstos no PDM não respondem

às necessidades de desenvolvimento, até por razões de natureza especulativa. 3) Na sequência da mencionada deliberação camarária, foi, em 24 de maio de 2001, celebrado um protocolo, em que intervieram como outorgantes, de um lado o Município de Montijo e do outro lado os titulares do direito de propriedade do terreno objeto do Plano de Pormenor, que define a cooperação e as condições de desenvolvimento do plano de pormenor, bem como as correspondentes contrapartidas; ----------

4) Nos termos do citado protocolo, foi determinado, entre muitos outros aspetos, que, em sede de loteamento, os segundos outorgantes obrigavam-se a garantir os acessos viários ao seu loteamento; ----------

5) De acordo com a proposta de plano de pormenor que veio a ser elaborada, não é viável a concretização da execução daqueles troços viários, nesta fase, nos termos à data definidos, pelo que as obrigações assumidas deverão em sede do loteamento que vier a ser apresentado, ser asseguradas de acordo com a melhor solução viária de acesso e seu enquadramento; ----------

6) A proposta de "Plano de Pormenor do Barrão" encontra-se concluída tendo decorrido o período de consulta pública entre 17 de junho e 28 de julho de 2011, conforme aviso publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2011, sem que tenham sido registados quaisquer comentários ou sugestões; ----------

7) A proposta de plano corresponde a uma alteração ao Plano Diretor Municipal vigente para o uso do solo naquela área do território municipal. ***PROPONHO:*** *Que a Câmara Municipal delibere enviar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art.º 79.º do regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a proposta de "Plano de Pormenor do Barrão" que se anexa à presente proposta e que dela faz parte*

integrante para todos os efeitos legais e cujo conteúdo documental é o seguinte:

I) Regulamento; ----------

II) Relatório; ----------

III) Vistas gerais de enquadramento; ----------

IV) Estudo de ruído; ----------

V) Estudo de tráfego; ----------

VI) Estudo de impacto de drenagem pluvial na rede hidrográfica local; ----------

VII) Peças desenhadas." ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

***O Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida submeteu à **votação a proposta**, conforme se discrimina: **Proposta nº 568/11** do Executivo Camarário **"Aprovação do Plano de Pormenor do Barrão"**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la,** por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezasseis do PS, seis do PPD/PSD.CDS-PP e três da CDU), uma abstenção do BE e zero votos contra. –*

***PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 578/11 "**2ª Revisão ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais**".* ----------

"Nos termos do disposto no n.º 8.3.1.2. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, "Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para acorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser

objeto de revisões e de alterações", tantas quantas as que se reputem necessárias. ----------

Dispõe o nº 8.3.2.2. que "As revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso." Considerando a necessidade de efetuar a 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2011-2014,Plano de Atividades Municipal para 2011-2014 e ao Orçamento, constante do documento anexo, que aqui se dá por reproduzido. ----------

PROPONHO: *Que este Executivo Municipal delibere favoravelmente a 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2011-2014, Plano de Atividades Municipal para 2011-2014 e ao Orçamento para 2011, ao abrigo dos nºs 8.3.1.2., 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro."* ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal*, de seguida submeteu à* ***votação a proposta****, conforme se discrimina:* ***Proposta nº 578/11*** *do Executivo Camarário* ***"2ª Revisão ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais"****, tendo a Assembleia deliberado* ***aprová-la****, por maioria, com dezanove votos a favor (dezasseis do PS e três da CDU), sete abstenções (seis do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE) e zero votos contra.* ----------

PONTO TRÊS *- Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 579/11 "**Imposto Municipal sobre Imóveis**".* ----------

"A reforma da tributação sobre o património, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 novembro, introduziu um conjunto de novas regras para a determinação do valor patrimonial dos imóveis trazendo maior equidade ao processo através de uma avaliação realizada com base em fatores objetivos. Apesar disso continuamos numa fase transitória da aplicação da norma existindo imoveis já avaliados com base no Código do Impostos Municipal sobre Imóveis (CIMI), construídos ou transacionados após a sua aprovação, e imóveis avaliados pelo valor de mercado atualizado trienalmente através do coeficiente de desvalorização da moeda. Esta dualidade de regras de avaliação dos imóveis produz efeitos diretos na receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tanto por via das avaliações como das taxas de imposto aplicadas. De acordo com o estipulado no nº 1 do art.º 112º do CIMI, alterado pelo Decreto-Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro, as taxas variam entre os 0,2% e os 0,4% para os imóveis já avaliados nos termos do CIMI, e entre 0,4% e 0,7% para os prédios urbanos avaliados pelo valor de mercado. Desde a entrada em vigor do novo regime de tributação sobre o património, a receita proveniente do IMI revelou-se uma importante fonte de receita para o município. Em 2006 esta receita representou 19,40% da receita corrente e 16,03% da receita total; em 2010 a mesma receita representou 19,96% da receita corrente e 15,91% da receita total. ----------

	2006	2007	2008	2009	2010
IMI	4.614.565 €	5.191.566 €	5.596.116 €	4.759.876 €	5.333.035 €
IMI/REC.CORRENTES	19,40%	17,69%	21,76%	20,53%	19,96%
IMI/REC.TOTAL	16,03%	14,59%	17,42%	15,79%	15,91%

Fonte: Prestações de Contas

Conforme se pode constatar no ano de 2009 verificou-se um decréscimo acentuado da receita devido à alteração das taxas em menos 0,1%, tanto para os imóveis avaliados com base no CIMI como para os ainda não avaliados. Desta forma o aumento da receita deste imposto, entre 2009 e 2010, fica a dever-se às atualizações dos valores patrimoniais dos imóveis avaliados antes da entrada em vigor do CIMI, mas também ao acréscimo do número de imoveis já avaliados. Pelos dados disponibilizados podemos verificar a existência de um crescimento do número de imoveis já avaliados pelas regras do CIMI, mais que proporcional ao aumento global dos imoveis sujeitos a imposto, verificando-se como seria de esperar uma diminuição do número de imoveis avaliados pelo valor de mercado. No primeiro semestre de 2011 foram arrecadados 3.070.432,91€. No período homólogo no ano de 2010 foi arrecadada a quantia de 3.032.298,81€. ----------

	2007	2008	2009	2010	2011 (*)
Receita IMI_ANO	5.191.566,98	5.596.116,59	4.759.876,75	5.333.035,28	5.500.528,11
Receita IMI JAN_JUN	2.918.277,55	3.061.134,84	2.695.654,85	3.032.298,81	3.070.432,91

Fontes: Execução Orçamental

(*) DGCI/DGITA - Receita prevista para o ano de 2011

Relativamente à extinta Contribuição Autárquica, e conforme previsto, a receita tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos sendo neste momento praticamente residual. ----------

O IMI revela-se de bastante importância para as receitas das Autarquias nomeadamente através da concessão de poder tributário para fixação das taxas do imposto. Feita uma projeção para diferentes taxas de imposto consoante se tratem de imóveis não avaliados segundo o CIMI, de imóveis já avaliados pelo CIMI e para prédios rústicos, podemos observar que, ao se baixar a taxa, a receita que se deixa de receber pode ser bastante penalizadora para os interesses do município refletindo-se, em última análise na quantidade e qualidade dos bens e serviços que fornece aos cidadãos do concelho. ----------

QUADRO I

Taxa	Colecta	Variação da Colecta	Variação da Colecta %
0,70% **0,40%**	5.500.528,11 € (*)	- €	0,00%
0,65% **0,35%**	5.007.242,85 €	- 493.285,26 €	-8,97%
0,60% **0,30%**	4.474.085,65 €	- 1.026.442,46 €	-18,66%
0,55% **0,25%**	3.940.928,45 €	- 1.559.599,66 €	-28,35%
0,50% **0,20%**	3.407.771,25 €	- 2.092.756,86 €	-38,05%

Fonte: DGCI/DGITA
(*) Receita prevista para o ano de 2011

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei 169/99, de 18 de setembro, compete aos Municípios mediante deliberação da assembleia municipal, fixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a cada ano sobre os prédios urbanos. ----------

Considerando: que até que todos os prédios urbanos estejam avaliados segundo o CIMI existe incerteza em relação à receita deste imposto; - que a receita deste

imposto se revela de grande importância para os cofres da Autarquia para que possa levar a cabo as políticas sociais e de investimentos que se propôs realizar;
Propõe-se: *Que o executivo municipal delibere fixar 0,7% a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos cujo valor tributável é encontrado por via da correção monetária ponderada e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;* ----------
Que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro na da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro; ----------
Que a decisão da Assembleia Municipal seja comunicada à Direção Geral dos Impostos até 30 de novembro do corrente ano (n.º 12 do art.º112º do Decreto-Lei 287/2003 de 12 de novembro)." ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O senhor Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE), *no uso da palavra, apresentou uma proposta alternativa, cujo teor abaixo se transcreve:* ----------
" - Taxa de 0,6% para os prédios urbanos não avaliados pelos termos do CIMI;
- Taxa de 0,3% para os prédios urbanos avaliados após 2003, segundo os termos do CIMI." ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, *procedeu à votação da* ***admissão da proposta****, tendo a mesma sido admitida com vinte e quatro votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.* ----------

***O senhor Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à **votação da proposta**, tendo a mesma sido reprovada com vinte e um votos contra, três abstenções e um voto a favor.* ----------

***O Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida submeteu à **votação a proposta**, conforme se discrimina: **Proposta nº 579/11** do Executivo Camarário **"Imposto Municipal sobre Imóveis"**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la**, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezasseis do PS, seis abstenções do PPD/PSD.CDS-PP e três da CDU), um voto contra do BE e zero abstenções.* ----

***O Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: "Os deputados municipais do partido Socialista nesta Assembleia Municipal, relativamente à proposta do Executivo Camarário nº 579/11 "Imposto Municipal sobre Imóveis", votam favoravelmente e fundamentam a sua posição de voto, a saber: 1 – Tem o IMI contribuído, ao longo do último quinquénio, com cerca de 16% para o total das receitas do Município, revelando-se desta forma uma importante e significativa fonte de influxos monetários para o mesmo; 2 – Por isso, a manutenção das taxas do IMI apresentadas nesta proposta pelo Executivo Camarário pauta-se por uma elevada responsabilidade política dos eleitos perante os munícipes, ao mesmo tempo que lhes é pedida por estes uma conduta mais exigente no exercício dos direitos e deveres de cidadania; 3 – Face ao estudo pelo Executivo Camarário, verificamos que se trata de uma proposta equilibrada e simultaneamente conciliadora entre as necessidades de financiamento das políticas municipais e dos interesses dos munícipes, tendo em atenção a própria sustentabilidade do sistema; 4 – Acresce salientar que tal proposta foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara ocorrida em 07/09/2011, revelando o seu interesse geral e abstrato."* ----------

***PONTO QUATRO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 587/11 "**Modificação dos documentos previsionais de 2011 - 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2011**".* ----------

"Proponho que: A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 31/08/2011, titulada pela Proposta n,º 157/11, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal." ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

***O Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida submeteu à **votação a proposta**, conforme se discrimina: **Proposta nº 587/11** do Executivo Camarário **"Modificação dos documentos previsionais de 2011 - 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2011"**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la**, por unanimidade.* ----------

***PONTO CINCO - Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.* ----------

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente, encerrada a presente Sessão Ordinária, era uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia dezassete de setembro de 2011. ----------

E eu, Joaquina Maria Azevedo Barbosa *, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.*----------

---------- *O Presidente* ----------

---------- *A 1ª Secretária* ----------

---------- *O 2º Secretário* ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carvalho.